

Interfaces da educação comum e da educação especial durante o regime militar dos anos de 1970**Interfaces between mainstream education and special education during the military regime of the 1970s**

Léa Régia Clemente Lima¹
Maria Aparecida Augusto Satto Vilela²

135

Resumo: O presente artigo tem como objetivo geral analisar as políticas educacionais brasileiras da década de 1970 sob o regime militar, estabelecendo comparações entre a educação comum e a educação especial. Realizamos uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentando-nos em autores clássicos da área, como Saviani (2008), Mazzotta (2005) e Jannuzzi (2004), e legislações da época, como a Lei nº 5.692/71 e a Reforma Universitária de 1968, considerando também em pesquisadores que tratam sobre o contexto histórico analisado. Identificamos que o período foi orientado pela lógica produtivista e pela teoria do capital humano, estruturando a educação pública de acordo com os interesses do mercado. Paralelamente, a Educação Especial consolidou-se em bases assistencialistas e segregadoras, o que limitou avanços posteriores, nos anos 2000, para a defesa da inclusão escolar de pessoas com deficiência. Ressaltamos a presença de instituições privadas especializadas consolidando-se como principais responsáveis pela educação das pessoas com deficiência na conjuntura tratada, reforçando a exclusão dessas populações do ensino comum e legitimando um modelo de educação especial separado das instituições comuns.

Palavras-chave: Educação brasileira. Ditadura militar. Educação Especial. Políticas educacionais. Inclusão.

Abstract: This article aims to analyze Brazilian educational policies during the 1970s under the military regime, comparing regular and special education. We conducted qualitative, bibliographical, and documentary research, drawing on classic authors in the field, such as

¹ Pedagoga pela Faculdade União Cultural do Estado de São Paulo (UCESP), Psicóloga pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade de Ituiutaba e Mestranda em Educação Básica do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica - PPGEDU Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Uberlândia, *campus* Pontal. <http://orcid.org/0009-0006-7842-9191>

² Doutora em Educação, Professora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica - PPGEDU Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Uberlândia, *campus* Pontal. <http://orcid.org/0000-0002-2602-5260> . E-mail: cidasatto@ufu.br

Recebido em 02/09/2025

Aprovado em: 30/10/2025

Sistema de Avaliação: Double Blind Review



Saviani (2008), Mazzotta (2005), and Jannuzzi (2004), and contemporary legislation, such as Law No. 5.692/71 and the 1968 University Reform, while also considering researchers who address the historical context under analysis. We identified that the period was guided by productivity logic and human capital theory, structuring public education according to market interests. At the same time, Special Education was consolidated on welfare-based and segregated foundations, which limited subsequent advances in the 2000s toward advocating for the educational inclusion of people with disabilities. We highlight the presence of specialized private institutions consolidating themselves as the main responsible for the education of people with disabilities in the situation discussed, reinforcing the exclusion of these populations from mainstream education and legitimizing a model of special education separate from mainstream institutions.

Keywords: Brazilian education. Military dictatorship. Special education. Educational policies. Inclusion

1 Introdução

A década de 1970 foi marcada por intensas transformações políticas e sociais no Brasil, inseridas no contexto do regime militar instaurado em 1964. Sob forte repressão política, censura à imprensa e perseguição a opositores(as), o país vivenciou o auge da ditadura, especialmente durante os governos dos presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel.

Compreendemos que esse período foi caracterizado por contradições: enquanto o “milagre econômico” promoveu um crescimento expressivo do Produto Interno Bruto (PIB) e impulsionou a urbanização e a modernização industrial, a desigualdade social se aprofundou, e novas formas de resistência emergiram. Movimentos estudantis, sindicais e culturais, bem como o surgimento de organizações da sociedade civil, passaram a contestar o autoritarismo e reivindicar a redemocratização. Assim, os anos de 1970 configuram-se como uma década de tensões entre o autoritarismo estatal e as crescentes demandas por liberdade política e justiça social, prenunciando as mudanças que culminariam na abertura política do final da década e na transição democrática dos anos 1980 (Barros, 1994; Araújo, Silva e Santos, 2013).

Nesse período, a educação comum³ foi fortemente influenciada pelos ideais de desenvolvimento econômico e pela subordinação aos interesses empresariais e do mercado. Esses interesses estavam diretamente ligados ao projeto de desenvolvimento econômico tecnocrático do regime, que priorizava a modernização industrial, o aumento da produtividade e a formação de mão de obra qualificada para atender às demandas do setor produtivo. Nesse

³ Utilizaremos o termo “educação comum” para nos referirmos à educação destinada aos(as) estudantes sem deficiência que se organizava, paralelamente, ao das escolas de educação especial.

contexto, a educação foi concebida como instrumento de apoio ao crescimento econômico, subordinada aos princípios da racionalidade técnica, da eficiência e da adaptação ao mercado de trabalho.

Os interesses empresariais manifestaram-se, sobretudo, na ênfase na educação profissionalizante e na formação técnica de nível médio, consolidada pela Lei nº 5.692/1971, que reformulou o ensino de 1.º e 2.º graus⁴. Essa lei incorporou ao currículo escolar uma orientação voltada para a preparação imediata do estudante para o mercado de trabalho, em detrimento de uma formação crítica e humanística. Além disso, grandes grupos industriais e o próprio Estado buscavam reduzir custos de treinamento interno, transferindo à escola a responsabilidade pela qualificação da força de trabalho (Romanelli, 2005).

Paralelamente, a Educação Especial, ainda em caráter assistencialista, expandia-se por meio de instituições filantrópicas, como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e as Sociedades Pestalozzi⁵. Assim, torna-se fundamental a compreensão sobre esses dois campos educacionais – o comum e o especial, destacando suas convergências e divergências no âmbito das políticas públicas brasileiras.

Nessa perspectiva, temos pergunta de pesquisa: Como a educação comum e a educação especial se articularam, ou se distanciaram, durante os anos de 1970 no Brasil, considerando os documentos e legislações orientadoras do período?

Nesse sentido, o objetivo principal deste artigo é analisar as políticas educacionais brasileiras da década de 1970 sob o regime militar, estabelecendo comparações entre a educação comum e a educação especial. Como objetivo específico, procura-se identificar os impactos sociais e pedagógicos desse período na configuração da educação especial brasileira. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza histórica, documental e bibliográfica, voltada para a análise das políticas públicas educacionais no Brasil durante o regime militar (1964-1985), com ênfase na década de 1970, e sua relação com a Educação Especial.

A investigação foi realizada a partir de referenciais teóricos clássicos da educação brasileira, utilizando obras de autores que discutem tanto a educação comum quanto a educação especial nesse contexto ditatorial. Entre os principais referenciais utilizados

⁴ Atuais Ensino fundamental e Ensino Médio.

⁵ A primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) foi fundada em 1954, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), por iniciativa de pais, profissionais e pessoas interessadas na causa da deficiência intelectual. Já a primeira Sociedade Pestalozzi do Brasil foi criada anteriormente, em 1926, também no Rio de Janeiro (RJ), sob a liderança da educadora Helena Antipoff, com o objetivo de promover a educação e o atendimento especializado a pessoas com deficiência.

destacam-se Dermeval Saviani (2008), que analisa o legado educacional do regime militar; Gilberta Martino Januzzi (2004) e José Geraldo Silveira Bueno (2004), que abordam a trajetória histórica da educação das pessoas com deficiência no Brasil; e Marcos Mazzotta (2005), que apresenta o desenvolvimento das políticas públicas voltadas à Educação Especial. Além do levantamento bibliográfico, foram considerados documentos legais e institucionais que marcaram o período, como a Lei nº 5.692/71 e a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, conhecida como Reforma Universitária.

A análise apresenta-se pela necessidade de aprofundamento sobre o legado educacional do regime militar no campo das políticas públicas, especialmente no que se refere à educação especial. Nesse período, é possível identificar a ampliação da influência de instituições privadas na educação especial, no interior de órgãos federais, assim como na mobilização de Campanhas Nacionais para grupos específicos, como as pessoas cegas e com deficiência mental⁶, dentre outras. (Bueno, 2004). A Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais, por exemplo, tinha como propósito “incentivar a instituição de consultórios especializados, classes especiais, assistência domiciliar, oficinas e granjas, internatos e semi-internatos” (Bueno, 2004, p. 122), e foi organizada pela APAE e Sociedade Pestalozzi com o Ministério da Educação e Cultura.

Foi no interior desse Ministério que o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), por meio do Decreto n.º 72.425, de 3 de julho de 1973, cuja “finalidade [era] promover em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais⁷.” (Brasil, 1973, p. 1). Suas atividades direcionavam-se aos(às) “deficientes da visão, audição, mentais, físicos, educandos com problemas de conduta para os que possuam deficiências múltiplas e os superdotados” (Brasil, 1973, p. 1), constituindo-se o público a ser atendido pelas políticas públicas. Ele constitui-se como o “primeiro órgão em nível nacional dedicado ao atendimento desse público abrangente.” (Matoso, 2022, p. 1).

Tendo em vista esses apontamentos iniciais, este trabalho organiza-se por quatro seções. A primeira é esta Introdução, que apresenta o tema, a justificativa, o problema, objetivos e metodologia. Em seguida, apresentamos um contexto inicial sobre a Ditadura Militar nos anos de 1970, considerando os aspectos políticos, econômicos e sociais. Na seção 3, tratamos sobre a educação brasileira durante o governo ditatorial, comparando educação

⁶ Atualmente, o termo utilizado é deficiência intelectual.

⁷ Termo utilizado para abarcar o público da educação especial no período.

comum e educação especial. Ao final, destacamos as considerações finais, nas quais pontuamos uma síntese do trabalho.

2 Considerações sobre o período da Ditadura Militar

O período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) foi marcado por um projeto político autoritário que buscava consolidar o desenvolvimento econômico por meio da modernização tecnológica e da centralização do poder, subordinando as políticas sociais - inclusive a educação - aos interesses do mercado e à lógica produtivista. (Barros, 1994)

Compreendemos que o golpe de 1964 configura-se por um contexto complexo, o qual não pode ser limitado a um simples plano secreto dos militares, uma vez que sua articulação é fruto de relações entre forças civis e militares. Evidenciando as tensões e contradições dos grupos, esse período foi marcado por autoritarismo, censura e repressão política, mas também por intensos debates sobre democracia e transformação social. Carlos Fico (2004, p. 27) argumenta que “o golpe foi civil-militar e contou com o apoio de amplos setores da sociedade brasileira”. De acordo com Daniel Aarão Reis (2014, p. 15), “houve uma significativa cumplicidade civil com o regime, o que torna a explicação puramente militar insuficiente.” Muitos desses grupos, com a redemocratização, procuraram se desvencilhar de relações com o regime, de modo a apagar o passado relacionado à Ditadura, o que revela as relações nebulosas entre grupos aparentemente cerceados politicamente.

Em contraponto, a análise de Marcelo Ridenti (1993) revela o papel da cultura e das representações simbólicas no enfrentamento à ditadura como o que foi protagonizado pela esquerda intelectual e artística que manteve viva a utopia revolucionária, mesmo diante da repressão. Ridenti (1993, p. 52) ressalta que “a ideia de revolução tornou-se um elemento constitutivo da identidade de uma geração de artistas e militantes, que buscavam no povo o sentido de sua ação política e estética”. Portanto, para além do aspecto político, o regime militar não se fundamentou apenas pelo aspecto econômico ou pela força física e censura, mas também por aquiescência de civis, empresários e classe média.

Isso não significa que o período tenha sido mais tranquilo do que se supõe, uma vez que o início da Ditadura e o começo dos anos de 1970 foram marcados por

[...] um regime autoritário “desmobilizador” e “tutelar”, a ditadura brasileira combinou um aparato legal de tutela e repressão política com um aparato ilegal de “Terror de Estado”, sempre visando combater e neutralizar ativistas

e críticos, bem como isolar lideranças políticas e culturais de oposição de bases sociais populares. (p. 25)

Nessa direção, é produzida uma conjuntura política que se alinha ao modo de produção capitalista e ao padrão de acumulação econômico. Por isso, constitui-se por um modelo concentrador de renda, no qual “os 20% mais ricos aumentaram sua participação de 54,4% para 63,2%; no segmento 1% mais rico o aumento foi de 12,1% para 18,2 no mesmo período.” (Maciel, 2014, p. 68). A classe trabalhadora viu-se com os salários decrescendo ao longo dos anos de 1970, o que criou condições para a “manutenção da superexploração do trabalho como componente estrutural da economia brasileira.” (Maciel, 2014, p. 71).

Outro fator relacionado ao contexto econômico foi a “internacionalização da economia outra modificação definitiva desenvolvida pela política econômica da Ditadura Militar, que se deu no sentido da presença crescente do grande capital externo em diversos setores da economia brasileira” (Maciel, 2014, p. 68), expandindo-se internamente de modo que a indústria brasileira serviu de palco exportador de empresas estrangeiras.

Em linhas gerais, as interpretações dos autores convergem ao demonstrar que o estudo da ditadura militar requer aprofundamento, para uma análise crítica e ampliada sobre o tema, que representa o passado (ou presente) autoritário do Brasil, sendo necessário preservar o patrimônio e a memória desse contexto. A rememoração possibilita fortalecer e lutar pela democracia como uma conquista em processo para a garantia de direitos a todos(as) os(as) brasileiros(as). Desse modo, podemos ficar vigilantes contra governos arbitrários que reforçam a exclusão e procuram usurpar os direitos assegurados, como aqueles relativos ao campo da educação escolar.

Com base nesses aspectos, pretendemos analisar, na próxima seção, a educação comum e a educação durante os anos de 1970, identificando elementos distintos e convergentes, o que contribui para a análise das contradições históricas que emergem na luta entre interesses específicos dos grupos sociais. Ainda, é possível refletir sobre os impactos desse contexto para a educação brasileira pós-regime militar.

3 Educação no período militar brasileiro

Nesse contexto, a educação foi orientada pela racionalidade técnica e pela formação de mão de obra voltada ao setor industrial, especialmente após a promulgação da Lei nº

5.692/1971, que reformulou o ensino de 1º e 2º graus e enfatizou a profissionalização em detrimento de uma formação crítica e cidadã.

Paralelamente, a educação especial começou a ganhar maior visibilidade institucional, fortemente influenciada por modelos assistencialistas e médico-pedagógicos. Entidades como a Sociedade Pestalozzi (1926) e a APAE (1954) expandiram sua atuação com o apoio do Estado, reforçando a perspectiva de integração das pessoas com deficiência em espaços segregados. Assim, o período refletiu uma contradição: ao mesmo tempo em que se ampliava o atendimento educacional especializado, a política educacional vigente limitava a democratização do ensino e reproduzia práticas excludentes, subordinadas ao ideário tecnocrático e à manutenção da ordem social imposta pelo regime.

A análise das políticas educacionais brasileiras nos anos 1970 revela que o regime militar estruturou a educação a partir de uma lógica produtivista, vinculada ao projeto de desenvolvimento econômico do país. A Lei nº 5.692/71 tornou obrigatório o ensino de 1º grau (8 anos), mas, ao mesmo tempo, instituiu o caráter profissionalizante no 2º grau, direcionando o ensino, para a formação técnica, e o ensino superior à preparação de dirigentes e mão de obra altamente especializada (Saviani, 2008).

Esse modelo foi acompanhado por forte influência empresarial e internacional. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), aliado a empresários e financiadores estrangeiros, com a *United States Agency for International Development*, que em português se traduz como Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), direcionou a política educacional, para atender prioritariamente ao mercado. Assim, a educação comum tornou-se um instrumento de manutenção da ordem socioeconômica, deixando em segundo plano a formação crítica e cidadã (Bombarda, 2019).

Destacamos que a USAID foi um órgão do governo estadunidense criado em 1961, responsável por administrar programas de assistência externa e cooperação internacional, especialmente nas áreas de educação, saúde, agricultura, infraestrutura e governança. No contexto brasileiro — particularmente durante a Ditadura Militar, a USAID teve papel relevante ao firmar convênios com o Ministério da Educação (MEC) e outras instituições, influenciando políticas educacionais com foco na modernização administrativa, na expansão do ensino técnico e na formação de professores segundo modelos norte-americanos, em consonância com os interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos durante a Guerra Fria (Bombarda, 2019).

Paralelamente, a Educação Especial consolidava-se em moldes segregacionistas. Conforme destaca Mazzotta (2005), a década de 1970 foi marcada pela expansão de instituições filantrópicas, em especial as APAE, que passaram a desempenhar papel central no atendimento às pessoas com deficiência. Essas instituições, embora tenham ampliado o acesso ao atendimento, reforçavam a exclusão do sistema comum de ensino, legitimando a ideia de que a escolarização das pessoas com deficiência deveria ocorrer em espaços separados.

Jannuzzi (2004) acrescenta que a Educação Especial ainda estava fortemente vinculada a práticas assistencialistas, herdeiras do higienismo do século XIX, nas quais a deficiência era vista como incapacidade e objeto de caridade. Assim, enquanto a educação comum era instrumentalizada para o desenvolvimento econômico, a educação especial permanecia marginalizada, centrada em práticas institucionais e pouco comprometida com a escolarização formal.

No Quadro 1, identificamos uma síntese comparativa entre a educação geral e aquela destinada às pessoas com deficiência no período analisado.

Quadro 1: Educação Comum e Educação Especial no Brasil (anos 1970)

Dimensão	Educação Comum (Regime Militar)	Educação Especial (década de 1970)
Base legal e política	Reforma Universitária (1968); Leiº 5.692/71; diretrizes do IPES e USAID, vinculando educação ao projeto desenvolvimentista e produtivista.	Políticas ainda fragmentadas: predominância de ações filantrópicas e assistenciais; início da expansão das APAEs como principais instituições educacionais para pessoas com deficiência (Mazzotta, 2005).
Objetivo central	Formação de mão de obra técnica e operacional para atender às demandas do mercado e ao discurso do “Brasil Grande”.	Acolhimento institucional e atendimento segregado, voltado mais para a assistência social do que para escolarização formal (Jannuzzi, 2004).
Estrutura pedagógica	Ensino primário voltado à prática; ensino médio profissionalizante obrigatório; ensino superior para a elite dirigente e mão de obra especializada (Saviani, 2008).	Classes e escolas especiais segregadas: foco em atividades manuais e adaptadas: pouca ênfase na aprendizagem formal; forte presença de modelos médico-psicológicos (Mazzotta, 2005).
Instituições	Escolas públicas e privadas,	APAEs, Pestalozzi e

predominantes	fortemente influenciadas pelo setor empresarial; controle do MEC subordinado ao Ministério do Planejamento.	instituições filantrópicas, financiadas parcialmente pelo Estado, mas de gestão privada.
Concepção teórica	Teoria do Capital Humano-educação vista como investimento para o crescimento econômico (Saviani, 2008).	Assistencialismo e integração parcial-pessoas com deficiência vistas como “incapazes” de frequentar a escola comum; educação especial legitimada como paralela e substitutiva (Mazzotta, 2005)
Financiamento	Aumento da privatização; expansão de universidades privadas; entrada de recursos externos (USAID)	Recursos estatais repassados a instituições filantrópicas (principalmente APAEs), reforçando a segregação escolar.
Impacto social	Massificação do ensino médio, mas sem qualidade crítica; produção de mão de obra despolitizada.	Manutenção da exclusão escolar; consolidação de uma rede paralela que retardou a inclusão no sistema comum.

Fonte: Jannuzzi (2004); Mazzotta (2005); Saviani (2008).

O panorama educacional brasileiro durante o regime militar revela um sistema fortemente orientado pelos interesses econômicos e políticos do Estado autoritário, que via a educação como instrumento estratégico de desenvolvimento e controle social. A partir das reformas educacionais — especialmente a Reforma Universitária de 1968 e a Lei nº 5.692/1971 —, o ensino passou a ser estruturado de acordo com a lógica produtivista, buscando formar mão de obra técnica e operacional para sustentar o crescimento industrial e o projeto do “Brasil Grande”. Influenciada por organismos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a USAID, a política educacional alinhou-se à Teoria do Capital Humano, segundo a qual o investimento em educação seria condição essencial para o progresso econômico. Essa concepção reduziu a função social da escola à preparação para o mercado de trabalho, desvalorizando o caráter emancipador do ensino e promovendo a formação de sujeitos disciplinados e despolitizados, em consonância com os objetivos ideológicos do regime. (Saviani, 2008).

No mesmo período, a educação especial manteve-se à margem das políticas públicas educacionais mais amplas, permanecendo fortemente marcada por práticas assistencialistas e médico-psicológicas. A ausência de uma política educacional e a prevalência de ações fragmentadas contribuíram para a consolidação de um sistema paralelo de atendimento,

centrado em instituições filantrópicas como as APAE e as Sociedades Pestalozzi, que expandiram sua atuação com o apoio estatal e recursos públicos. No entanto, tais instituições, ao invés de promoverem a inserção, reforçaram o caráter segregado e compensatório da educação especial, tratando a pessoa com deficiência como sujeito incapaz de frequentar o ensino comum. Esse campo educacional, portanto, foi concebida mais como forma de assistência social do que como direito educacional, o que retardou a construção de políticas públicas voltadas à escolarização e à inclusão efetiva nos anos 2000. (Jannuzzi, 2004)

Essa dualidade entre a educação comum e a educação especial expressa as contradições estruturais do período ditatorial: de um lado, a modernização e a expansão quantitativa do ensino; de outro, a manutenção de desigualdades e exclusões históricas. Enquanto o ensino regular se orientava para a eficiência técnica e o atendimento às demandas do mercado, a educação especial reproduzia práticas excludentes que legitimavam a separação entre “aptos” e “inaptos” ao convívio escolar. Essa configuração reforçou a função ideológica da educação como mecanismo de reprodução social, distanciando-a de uma perspectiva crítica e democrática. Somente nas décadas seguintes, com a redemocratização e a influência de movimentos sociais e internacionais pelos direitos das pessoas com deficiência, é que se iniciariam as discussões sobre a educação inclusiva, buscando superar a herança segregacionista consolidada durante o regime militar.

4 Considerações finais

O estudo permitiu compreender que a década de 1970 representou um marco na história da educação brasileira, em razão da forte intervenção do regime militar nas políticas públicas. A educação comum foi moldada por ideais produtivistas, vinculando-se ao mercado de trabalho e negligenciando a formação cidadã. Já a Educação Especial, por sua vez, permaneceu institucionalizada e segregada, reforçando a exclusão social e escolar das pessoas com deficiência. Ressalta-se a presença de instituições privadas especializadas consolidando-se como principais responsáveis pela educação das pessoas com deficiência, reforçando a exclusão dessas populações do ensino comum e legitimando um modelo de educação especial separado das instituições comuns.

Essa comparação evidencia que, tanto na educação comum quanto na especial, o regime militar operou no sentido de consolidar práticas excludentes: de um lado, limitando a formação crítica dos estudantes; de outro, restringindo os sujeitos com deficiência ao espaço

assistencialista das instituições filantrópicas. A criação do CENESP, em 1973, representou um marco institucional na tentativa do Estado brasileiro de organizar políticas voltadas à educação de pessoas com deficiência durante o regime militar. Vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), esse órgão tinha como objetivo coordenar, supervisionar e fomentar ações voltadas à educação especial em âmbito nacional. No entanto, sua atuação refletiu as contradições do período: embora simbolizasse um avanço na legitimação da educação especial como campo de política pública, suas diretrizes mantiveram-se alinhadas à lógica assistencialista e integradora. O órgão priorizou convênios e financiamentos a instituições filantrópicas — como APAEs e Sociedades Pestalozzi —, reforçando a dependência do setor privado e a segregação institucionalizada. Assim, o CENESP expressou a ambiguidade das políticas educacionais da época: por um lado, promovia o reconhecimento da educação especial como responsabilidade do Estado; por outro, perpetuava um modelo excludente, que mantinha as pessoas com deficiência à margem do sistema educacional comum.

Apesar disso, destacamos que a expansão da Educação Especial nesse período contribuiu para dar maior visibilidade às pessoas com deficiência, ainda que em um modelo segregado de escolarização. Nesse mesmo contexto fora do Brasil, como nos Estados Unidos, empreendeu-se um movimento que abriu espaço para a construção de políticas inclusivas que viriam a se consolidar nas décadas seguintes. Portanto, compreender o legado dos anos 1970 é fundamental para analisar os desafios ainda presentes na educação brasileira, especialmente no que se refere à efetivação de uma escola democrática e inclusiva, capaz de garantir o direito à educação para todos(as).

Referências

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Dezirree dos Reis (orgs.). **Ditadura militar e democracia no Brasil**: história, imagem e testemunho. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

BARROS, Edgar Luiz de. **Os governos militares**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

BOMBARDA, Alex Ricardo. A influência das agências internacionais no Brasil: os acordos MEC/USAID no contexto da ditadura militar de 1964. **Revista Educação e Emancipação**, v. 12, n. 3, p. 246–268, set. 2019. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/12411>. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1973**. Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e da outras providências. Brasília: Diário Oficial, 1973. Disponível em: <https://dou.vlex.com.br/vid/cria-centro-nacional-especial-cenesp-34194642>. Acesso em: 26 out. 2025.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

JANNUZZI, Gilberta Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MACIEL, David. Ditadura Militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.18 n.32, p.64-78, jan./jun. 2014. Disponível em: https://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/david_maciel.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

MATOSO, Bárbara. **Centro Nacional de Educação Especial (CENESP)**. Disponível em: <https://portalpioneiros.fae.ufmg.br/centro-nacional-de-educacao-especial-cenesp>. Acesso em: 02 out. 2025.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: a história e as políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NAPOLITANO, Marcos. A história política do golpe de 1964 e do regime militar: balanços e perspectivas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 16, n. 42, p. e0301, 2024. DOI: 10.5965/2175180316422024e0301. Acesso em: 27 out. 2025.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do regime militar**. Campinas: Autores Associados, 2008.